

Eixos das políticas e reformas universitárias na América Latina e seus novos modelos: uma análise das obras de Cláudio Rama

Axes of university policies and reforms in Latin America and their new models: an analysis of Cláudio Rama's works

DOI:10.34117/bjdv9n1-033

Recebimento dos originais: 05/12/2022

Aceitação para publicação: 02/01/2023

Daniele Rodrigues Ferreira

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de La Empresa (UDE)

Endereço: 21 de Setiembre 2741, 11300 Montevideo, Uruguai

E-mail: dani-god@hotmail.com

Maria Nasaré Antunes

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de La Empresa (UDE)

Endereço: 21 de Setiembre 2741, 11300 Montevideo, Uruguai

E-mail: nasareantunes@gmail.com

Thaís Leandro do Nascimento Alves

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade de La Empresa (UDE)

Endereço: 21 de Setiembre 2741, 11300 Montevideo, Uruguai

E-mail: thata21iesus@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo geral deste artigo é apresentar uma abordagem sobre as políticas e reformas universitárias na América Latina e sobre seus novos modelos universitários com base nos achados publicados pelo investigador, professor, consultor e conferencista Claudio Rama. A problemática se baseia em suas análises, que nos levam a conhecer a evolução histórica do ensino superior na América Latina, as diversas reformas que modificaram o sistema educacional no século XIX e as principais tendências desse século. Para isso, como objetivos específicos, delinearam-se a importância das reformas na educação operadas durante o século XX, o perfil do Ensino Superior na América Latina, a política de diferenciação e internacionalização institucional, as características das Universidades Públicas nesse contexto, a importância do conhecimento e da qualidade no ensino superior, a inclusão do currículo por competência, os novos paradigmas educacionais, a educação a distância, as regulações governamentais, a educação continuada, os licenciamentos, as certificações e as devidas implicações desses fatores no sistema educacional. Por se tratar de análise de trabalhos do renomado professor, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com análise documental e bibliográfica. Os resultados destacam a importância de Rama como autor, estudioso da educação superior na América Latina, com ênfase nas adaptações necessárias aos novos paradigmas que se apresentam.

Palavras-chave: ensino superior, américa latina, reformas universitárias, políticas.

ABSTRACT

The general objective of this article is to present an approach on university policies and reforms in Latin America and on its new university models based on the findings published by researcher, professor, consultant and lecturer Claudio Rama. The problem is based on their analyses, which lead us to know the historical evolution of higher education in Latin America, the various reforms that changed the educational system in the 19th century and the main trends of that century. For this, as specific objectives, the importance of reforms in education operated during the 20th century, the profile of Higher Education in Latin America, the policy of institutional differentiation and internationalization, the characteristics of Public Universities in this context, the importance of knowledge and quality in higher education, the inclusion of competency-based curriculum, new educational paradigms, distance education, government regulations, continuing education, licensing, certifications and the implications of these factors in the educational system. As it is an analysis of the work of the renowned professor, it was a qualitative research, with documental and bibliographic analysis. The results highlight the importance of Rama as an author, a scholar of higher education in Latin America, with emphasis on the necessary adaptations to the new paradigms that are presented.

Keywords: higher education, latin america, university reforms, policies.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior vai sendo construído e alterado continuamente, à medida em que se depara com as demandas da sociedade. São muitos desafios, muitas barreiras, mas também muitos progressos. As lutas e conseqüentes transformações fazem parte dessa etapa da educação, e o conhecimento, em suas diversas fases, contribuem para essa construção contínua. Dessa forma, as antigas necessidades educacionais vão sendo progressivamente substituídas por outras e as instituições vão se modificando aos poucos, embora, é claro, não signifique que haja uma completa substituição de necessidades.

Ademais, a reorganização do ensino e da aprendizagem possibilita o surgimento de novos modelos institucionais, paradigmas e novas teorias. Essa reorganização alinha-se a sistemas educacionais empreendedores com uma visão voltada para o capital intelectual produzido em um processo de constante evolução e contextualização social. Diante do exposto, neste artigo, são apresentadas algumas características das transformações pelas quais as instituições passaram ao longo do tempo, especificamente nos séculos XIX e XX. Padrões de comportamento vão sendo modificados e em contextos com pouca ou nenhuma intervenção do Estado as instituições de ensino superior funcionavam sem controles de qualidades. As regulamentações vieram suprir essa

deficiência, na tentativa de que por meio de normas, fiscalização e supervisão essa deficiência fosse sanada.

O objetivo geral deste artigo é apresentar uma abordagem sobre as políticas e reformas universitárias na América Latina e sobre seus novos modelos universitários com base nos achados publicados pelo investigador, professor, consultor e conferencista Claudio Rama (2014; 2016), um relevante colecionador de títulos na área da educação.

A linguagem clara, coesa e o aprofundamento nos estudos favoreceram a leitura dos dois livros utilizados para a elaboração desse artigo. “Políticas e reformas universitárias na América Latina”, (RAMA, 2016) e “Os novos modelos universitários na América Latina” (RAMA, 2014), foram as únicas fontes de pesquisa utilizadas nesse estudo.

Para isso, como objetivos específicos, delinear-se a importância das reformas na educação operadas durante o século XX, o perfil do Ensino Superior na América Latina, a política de diferenciação e internacionalização institucional, as características das Universidades Públicas nesse contexto, a importância do conhecimento e da qualidade no ensino superior, a inclusão do currículo por competência, os novos paradigmas educacionais, a educação a distância, as regulações governamentais, a educação continuada, os licenciamentos, as certificações e as devidas implicações desses fatores no sistema educacional.

Dessa forma, cumpre deixar claro que esse trabalho consiste em fazer um apanhado de seus achados de forma mais simplificada, porém com o cuidado de ser fiel ao exposto pelo autor. Os resultados destacam a importância de Rama como autor, estudioso da educação superior na América Latina, com ênfase nas adaptações necessárias aos novos paradigmas que se apresentam.

Importante destacar que a ausência de citações específicas neste artigo deve-se exatamente ao fato de que previamente já está informado que a autoria dos feitos é devida a este notável escritor, que logicamente, como deve ser mesmo, fez uso de outros trechos citados corretamente por ele em seus livros. Esse esclarecimento prévio visa evitar repetições contínuas nas citações indiretas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PERFIL DO ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA

O caráter tradicionalmente elitista do ensino superior fortaleceu o estabelecimento de uma educação altamente excludente durante muito tempo. As universidades eram o

centro de formação das elites que estavam sendo preparadas para a produção de alta cultura, com conhecimentos científicos e humanísticos. Entretanto as classes médias buscavam espaço nas instituições de ensino superior, pois também queriam se preparar para um mercado de trabalho com qualificação à altura, por isso começaram a mostrar sua insatisfação.

A educação superior era monopolista, no início do século XX, gerida pelo Estado, e conseqüentemente havia uma homogeneização cultural. As universidades eram mais voltadas para o ensino, o qual era presencial e público, e quase nada para a inovação tecnológica. As poucas instituições privadas tinham, em sua maioria, um caráter religioso. Além disso, não havia controle sobre a qualidade da educação nas instituições de ensino superior, e a formação era em nível de graduação e direcionada para a formação profissional.

Mudanças no contexto trouxeram, junto, alterações no sistema de ensino superior. A entrada, em grandes proporções, no ensino superior, isto é, o crescimento no número de matrículas, o êxodo rural, as novas demandas do mercado de trabalho, o surgimento de novas competências, a industrialização, a democracia, a internacionalização e tantas outras mudanças foram, aos poucos, modificando o perfil do ensino superior na América Latina.

2.1.1 Reformas no ensino superior na América Latina

A proposta de dar autonomia às universidades foi uma das lutas da primeira reforma, conhecida como Reforma de Córdoba, ocorrida na Argentina. Essa autonomia universitária era estendida para além do aspecto docente e administrativo, envolvia autonomia econômica, financeira e política. Estava em pauta a cogestão, o ensino gratuito e acessível a todos, a fim de romper com o elitismo. Exigia-se, também, uma nova organização acadêmica e ampliação no número de instituições, entre outras demandas.

Essa reforma foi difundida por toda a América Latina, a qual vivia um processo de industrialização e transformação social, ampliando as necessidades de profissionais que fossem atender às novas demandas do mercado. Surgiam novas profissões que iam além do conhecimento científico e humanista, passando por conhecimentos técnicos.

As mudanças provocadas por essa reforma permaneceram atuantes na América Latina por mais de meio século, mais intensas em determinados países, mas sempre alinhadas com a autonomia universitária, sob o impacto de mudanças em relação às

estruturas e às políticas anteriores, o que significa que as mudanças são acumulativas e progressivas e ocorrem ao longo do tempo em ritmos diferentes.

Apesar de a reforma ter permitido a entrada mais massiva nas universidades e na formação de novas profissionalizações, em sintonia com a industrialização, favorecendo os planos nacionais de desenvolvimento, muitos problemas fizeram parte dessa história, já que o financiamento não cresceu na mesma proporção de crescimento do número de matrículas nas instituições de ensino superior. As universidades tiveram dificuldades para se adequarem rapidamente às novas demandas da sociedade, e também não conseguiram garantir educação de qualidade, por falta, inclusive, de instrumentos que permitissem a avaliação dos padrões de qualidade.

A insatisfação com as crises que viviam as instituições de ensino superior público deu vez a uma segunda reforma, a qual foi instaurada na América Latina, resultando em mudanças em toda a região, com significativo aumento de instituições de ensino superior privadas. Esse crescimento, entre outros motivos, ocorreu pelo descrédito dos estudantes nas universidades públicas, as quais sofriam com a falta de investimentos, pois esta afetava negativamente na sua qualidade, além das dificuldades de ingresso nessas instituições públicas, as quais impunham limites por meio de cotas e restrições administrativas.

Com isso, o setor binário foi estruturado e adaptado à nova realidade social. A diferenciação e a diversidade cresceram, então um novo perfil estudantil tomou forma, e as instituições foram ocupadas massivamente, perdendo seu caráter elitista e sua exclusividade, embora ainda continuasse havendo injustiças no processo de admissão. Aumentou-se o número de instituições de ensino superior e, conseqüentemente, o número de vagas. Mais egressos do ensino médio conseguiam adentrar no mundo acadêmico de nível superior.

A falta de normas reguladoras do Estado, para as universidades privadas, causou uma forte diferenciação no quesito qualidade, já que a autonomia tradicional do Estado e seu monopólio se limitavam a um controle interno quanto ao acesso, à qualidade ou ao grau de importância, deixando de lado as outras instituições, bem como as estruturas e os mecanismos de regulação. Nesse interim, foi criado o Ministério da Educação como uma tentativa de exercer controle.

Uma nova fase no contexto globalizado e tecnológico abriu espaço para a terceira reforma universitária na América Latina. A deteriorada qualidade no ensino superior e a falta de mecanismos que a garanta; a lenta e necessária mudança de um Estado educador

para um Estado avaliador; a entrada de instituições internacionais de ensino superior, ampliando a concorrência e colocando-a a nível internacional; o surgimento da educação virtual e o desenvolvimento de novas modalidades pedagógicas caracterizam esse novo contexto.

Além de todas essas características, ainda surgiam novas demandas, as quais exigiam um currículo que abrangesse competências e habilidades em atenção a uma economia com mais liberdade de escolhas estudantis no desenvolvimento universitário. Atentas à nova realidade e em busca de baratear os custos, as universidades do setor privado investem na educação não presencial.

A competição estimulou a oferta de cursos, modalidades, especializações, educação continuada e pós-graduação. Se o mercado avança tão rapidamente, exigindo atualização, as universidades precisam investir na especialização; só a graduação já não é bastante nessa corrida por atualização, especialização e aprimoramento constante. Outra novidade é a dupla graduação nesse processo de renovação permanente do conhecimento e a necessidade de competências e habilidades específicas.

Novas tecnologias foram, então, inseridas no processo educacional, trazendo alternativas diversificadas para o ensino superior, fruto da globalização econômica e consequente internacionalização do ensino superior, devido aos estudantes advindos de outras regiões. Tecnologias pedagógicas, com o uso das tecnologias da informação e comunicação, abrem as portas para a educação virtual definitivamente.

A internacionalização do ensino superior promoveu a mobilidade estudantil, ao possibilitar que, dentro dessa nova dinâmica de aprendizagem, os estudantes pudessem ser transferidos de acordo com suas necessidades, com a garantia de padrões internacionais de qualidade. As tecnologias contribuíram para a globalização da educação, aproximando os estudantes entre si, os quais estavam situados em regiões distintas, por meio da educação virtual que possibilitou a expansão de modalidades educacionais.

A globalização, a consequente internacionalização e o seu conhecimento promoveram a massificação, resultante da necessidade de aumentar a formação universitária. A insegurança quanto à estabilidade no mercado de trabalho fez com que as pessoas procurassem, nos estudos, uma alternativa para se manterem qualificadas, atualizadas e garantidas no mercado de trabalho.

Com essa demanda, as instituições começaram a oferecer novas disciplinas disponibilizadas em um currículo mais flexível e com novas modalidades pedagógicas,

sob a fiscalização e o controle do Estado quanto à qualidade e relevância do ensino. A vantagem desse currículo flexível é permitir que além das disciplinas obrigatórias, possam ser oferecidas disciplinas diferenciadas para os estudantes de tal forma que a escolha se dê de acordo com as preferências profissionais.

O Estado passou a ser responsável pela supervisão e fiscalização da educação superior. Foram criadas agências com o objetivo de realizarem o credenciamento e as avaliações de qualidade com certa independência. Dessa forma, começam a ser estabelecidas restrições às instituições de ensino superior que não se adequarem aos critérios de credenciamento e avaliação de qualidade.

Os Ministérios da Educação, nos diversos países da América Latina, foram criados com a função de formular e executar políticas para o setor universitário e para além dele, cumprindo seu papel de regulador e supervisor. No entanto as universidades continuaram a criar suas associações de reitores, com o intuito de regular a educação da sua própria instituição e de negociar com o Estado.

2.1.2 Política de diferenciação e internacionalização institucional

Políticas públicas de ensino superior permitiram a criação de universidades republicanas em substituição às de ações evangelizadoras espanholas, seguidas pela formação do Estado moderno, na América Latina, e por uma integração homogeneizadora em prol da formação de identidades nacionais, favorecendo a inserção na competitividade econômica diante da globalização. As políticas públicas deixaram de ser reativas e adquiriram um status de política estratégica do Estado.

Leis autônomas deram poder para as instituições universitárias que foram se diversificando, algumas com mais e outras com menos autonomia; algumas instituições eram universitárias, outras não. Com esse processo de empoderamento, surgiram universidades regionais públicas e privadas, com destaque para a primeira, ampliando a diferenciação institucional.

Em resposta à crescente diversificação pública e à desregulamentação da educação, o setor privado cresceu e novas universidades privadas foram instaladas, inclusive com o perfil de educação como empresa, já que a demanda dos alunos cresceu em um contexto que o governo fazia sérias restrições financeiras às universidades públicas.

Essa tensão criada com o crescimento de instituições privadas mudou o eixo da política educacional para a luta pela liberdade de ensino, sem uma regulamentação

pública de fiscalização e controle. A base desse crescimento estava assentada no discurso do mercado livre, o qual tomou forma e ganhou força. Assim, passa a ser lucrativo ter uma instituição de ensino superior privada.

O eixo das políticas de ensino superior foi sendo alterado ao longo das três reformas. Na primeira, estava centrado na contribuição de recursos financeiros para as instituições públicas; na segunda reforma, centrou-se na criação de novas instituições e na expansão de instituições privadas; na terceira, dedicou-se à aceleração da competição econômica.

Após a fase de crescimento da importância mercantil frente à criação e ao funcionamento das instituições privadas, o Estado começa a limitar, por meio de políticas públicas estaduais, o livre mercado de ensino superior privado; consensos nacionais são estabelecidos, em busca de garantir padrões básicos de qualidade e condições de igualdade e reconhecimento das minorias.

As políticas do ensino superior também estão associadas à educação sem fronteiras, fruto da globalização, regulando as ações, preservando a diversidade, estimulando a cooperação, fortalecendo os sistemas nacionais de educação e regulando também a entrada da educação transnacional com padrões mínimos de qualidade.

Apointa-se, por conseguinte, que a internacionalização avança com a entrada das instituições privadas voltadas para a educação transnacional. Na sua fase inicial, ainda na primeira reforma, surgiu para suprir o mercado interno no processo de industrialização substituta, em uma economia global baseada em baixas tarifas, sem o apoio da tecnologia, a qual ainda era incipiente. Em seguida, com a economia global voltada para intangíveis serviços, a internacionalização esteve associada a alianças ou franquias entre instituições de ensino superior interna e externa. Ainda nesse processo de mudanças, a internacionalização associa-se à compra ou criação, por países centrais, de instituições locais privadas.

2.1.3 Reformas da diversificação, especialização e da cooperação

O processo de diferenciação institucional surgiu a partir das diversas demandas de acesso, do aumento de ofertas e da diversidade de oportunidades. Tanto o setor público quanto o setor privado expandiram-se, motivados pelas mudanças na economia, na política e na ideologia. O sistema perdeu o caráter monopolista público com a mercantilização, que aumentou a concorrência.

Apesar de as novas universidades privadas seguirem o modelo de organização das universidades públicas, o fato de não terem limitações e controles favoreceu o seu crescimento. A forma como as universidades privadas se instalaram, associadas à autonomia independente das universidades públicas, contribuiu para a baixa integração entre as instituições, para o crescimento da competitividade e para o uso inadequado dos recursos.

Em resposta a esses problemas, as instituições aumentaram e diferenciaram as ofertas curriculares, regionalizaram-se; surgiram de volta, no cenário educacional, as universidades religiosas e instituições não universitárias, especializadas nas mais variadas áreas de conhecimento, sem que houvesse políticas de integração interinstitucionais.

A competição e a diversificação, por sua vez, desencadearam um processo de especialização de disciplinas e de instituições, em atenção ao funcionamento de um mercado coletivo. As novas tecnologias são utilizadas no processo de especialização educacional, tanto das graduações quanto das pós-graduações; são desenvolvidas competências gerais e competências específicas, de acordo com as demandas laborais.

A pós-graduação na América Latina, no início, esteve localizada nas universidades públicas e em cursos restritos, como é o caso da medicina, que até então era oferecida somente no exterior. A dificuldade de financiamento nas instituições públicas favoreceu o surgimento das instituições privadas e a expansão para a oferta de pós-graduação em outras áreas diversas.

A especialização universitária, ademais, favoreceu a ampliação da mobilidade estudantil e por consequência tornou necessária a instalação de um sistema de credenciamento e avaliação da qualidade, o que levou a uma competição entre as instituições que queriam se destacar como instituições de qualidade apoiada.

A diversidade é que fez com que, de alguma forma, as instituições necessitassem se especializar, e em seguida estabelecessem um acordo de cooperação e formulação de políticas e ações comuns a nível internacional. Aliás, a internacionalização e a cooperação internacional parecem fazer parte definitiva dos sistemas de educação.

2.1.4 Tendências educacionais no século XXI

A diferenciação institucional abriu caminho para várias mudanças no sistema educacional, as quais estavam instaladas no seio das novas reformas. O conhecimento assume proporções cada vez mais significativas, clamando por um currículo flexível,

plural, autônomo e que atenda às exigências de uma diversidade instalada nas instituições e na sociedade como um todo.

A pressão competitiva aumenta junto com a complexidade e desigualdade crescente dos mercados de trabalho. Entram na pauta temas como equidade e qualidade e regulamentação da diversidade - derivados do multiculturalismo e do interculturalismo. Essa diversidade é representada pela variedade de enfoques pedagógicos, instituições educacionais, pessoas e mercados de trabalho. Não há homogeneidade de interesses, articulação de saberes ou estruturas educacionais.

O acúmulo de diversidade gera conflitos que se ampliam e desencadeiam uma reforma que parece ter mecanismos que facilitam, legitimam e organizam as transições presentes nas universidades. A luta pela liberdade de conhecimento movimenta comunidades acadêmicas e cria-se uma identidade universitária, luta por mais autonomia, pela flexibilidade do currículo a qual possibilitará a liberdade de conhecimento tão reivindicada.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA AMÉRICA LATINA E SUAS REFORMAS

As instituições públicas já passaram por muitas mudanças; algumas já tiveram caráter religioso, privado; outras um caráter colonial, regional, elitista - da classe médica dominante -, mas, após a reforma de Córdoba e seus efeitos, ocorreu a fusão de diversos modelos.

A universidade latino-americana no século XIX era estadual. No século XX, passa a ser uma universidade autônoma e coadministrada. Os diversos impulsos que resultaram das reformas presentes na história das universidades latino-americanas as caracterizam da seguinte forma: a primeira reforma, por exemplo, trouxe um debate sobre as extensões universitárias e, na década de 1950, houve o importante papel de aproximar a sociedade da universidade, até então extremamente elitista.

Os responsáveis pelas universidades pretendiam reforçar o seu papel de legitimadores políticos e desenvolvedores de vocação social. A extensão, nesse momento, foi instrumento político utilizado como meio de democratizar o ensino público, ao propor a transferência de conhecimento nos cursos de extensão. Além da inclusão do projeto extensivo, outra mudança que caracterizou as universidades foi a proposta de superação de abordagens profissionalizantes, nos anos 1960. Utilizando o know how das elites, a universidade propunha tornar-se tecnocrática e pública, organizada em departamentos.

Ainda nos anos 1960, surgiu a universidade revolucionária radical e o movimento estudantil ganhou força como um componente de radicalização das camadas médias, passa a ser tratado como movimento político e não mais como movimento acadêmico. Anteriormente, nos anos 1930, havia sido criado um modelo reformista de estudos gerais como uma crítica à tendência científica e à especialização profissional. Essa reforma pretendia combater o profissionalismo e o cientificismo positivista.

As mudanças continuam e as universidades públicas que, antes, nos anos 1980 e 1990, resistiam a muitas mudanças vindas do exterior, adaptam-se, principalmente nos anos 2000, a novos enfoques e políticas, dando maior participação ao setor público no âmbito da política nacional. Com as alianças políticas construídas, aumenta-se o recurso público para as universidades.

No mundo acadêmico, os sistemas de avaliação e credenciamento externos são aceitos e utilizados como apoio na busca por padrões básicos de qualidade; são incorporadas ofertas de educação virtual, com disciplinas ou mesmo cursos oferecidos a distância. O trabalho dos docentes torna-se mais flexível dentro de uma dinâmica também flexível de ofertas de cursos e contratação de professores. Além disso, aumenta a internacionalização e a abertura de mais vagas derivadas da diferenciação institucional e permite uma relativa redução nos processos seletivos.

Quanto às regulações, anteriormente cabia ao governo fazer os aportes financeiros, sem interferir nas regulações que eram feitas pelas universidades autônomas e por seus conselhos. Com a força do mercado, esse poder de regulação começou a ser compartilhado entre ele e os conselhos universitários - o mercado regulamentando as instituições privadas e as pós-graduações; os conselhos regulamentando as instituições públicas. Essa dupla regulamentação não afetou positivamente a qualidade e surgiu a necessidade do estabelecimento de padrões básicos de qualidade, inclusive a nível internacional.

Uma desarticulação do ensino, provocada pela expansão e diferenciação do ensino superior, trouxe vários problemas educacionais, limitando a entrada automática em instituições públicas e promovendo a expansão de instituições privadas, agravando o problema da qualidade da educação, ao causar rupturas pedagógicas e administrativas.

Por outro lado, a articulação tenta conciliar a liberdade institucional, permitindo diversas interações entre os diversificados âmbitos educacionais. A articulação, ainda, une teoria e prática, trabalho, pesquisa, ação social e faz conexões entre a sociedade e o mundo acadêmico. Com essa interação, procura diminuir a evasão escolar e estabelecer

padrões comuns de qualidade, a partir de sistemas de avaliação e autorização que garantam o reconhecimento das instituições.

Há também alteração no eixo das reformas, as quais saem de determinantes internos das instituições para políticas externas, preocupadas com a massificação, e depois para políticas preocupadas com a qualidade, com a oferta de pós-graduação e pesquisa.

2.2.1 A qualidade como temática central

A qualidade é considerada como preponderante nos novos modelos educacionais, ocupando um lugar antes destinado à autonomia e à liberdade. As múltiplas inovações pedagógicas favoreceram a inserção da qualidade como temática principal, e a lei da oferta e da procura passam a estabelecer o grau de exigência dos saberes dentro das instituições de ensino superior. Então, são exigidas certificações obtidas por processos avaliativos feitos no interior das instituições, mas também fora delas.

As categorias de garantia de qualidade evoluem e, tanto os governos quanto as agências de avaliação e certificação, participam desse processo, com o estabelecimento de critérios formais e burocráticos, bem como com critérios indiretos de medida de qualidade. Também são incluídos os sistemas de certificação internacional e a atualização de competências por meio da educação continuada. As instituições precisam, portanto, oferecer um padrão mínimo obrigatório de programas e têm de prestar contas como espaço de supervisão e competência, através de licenciamentos, avaliações, certificações e realização de atividades práticas.

2.2.2 Currículo por competências

Quando se fala em competências, fala-se em conhecimento, habilidades, atitudes, dinâmicas socioeconômicas, visões sistêmicas e práticas de trabalho associadas a teorias, de tal forma que esses elementos integrados e alinhados permitam resolver problemas e inovar. E, para desenvolver competências gerais e específicas, é necessário que haja a inclusão de um currículo por competências.

O currículo por competências é uma demanda de reformas educacionais diante das transformações sociais, econômicas, culturais, históricas ou qualquer outra, inclusive as tecnológicas. Rama (2014; 2016) faz uma classificação metodológica, a fim de facilitar a construção do currículo, destacando que há onze competências transversais:

informáticas, informacionais, idiomáticas, de integridade, interculturais, interativas, interpessoais, interdisciplinares, internacionais, investigativas e inovadoras.

A flexibilização curricular alinha-se à flexibilização dos processos educativos, que é direcionada para estudantes que, por algum motivo, têm dificuldades para participarem de aulas presenciais. Dessa forma, estas podem ser oferecidas com duração e horários variados, sem que se perca a qualidade.

2.2.3 Educação prática nos novos paradigmas educacionais

A teoria desenvolvida no meio acadêmico, de acordo com o novo paradigma educacional, deve ser a base de preparação para a educação prática - tão importante no processo de formação dos estudantes e futuros profissionais, além de possibilitar competências genéricas. Altera-se, assim, a relação teoria-prática e o modelo de currículo utilizado, que dará condições de serem utilizadas práticas pedagógicas orientadas ao “saber fazer” e não somente ao saber.

Os cursos de extensão que surgiram como uma forma de aproximar a sociedade do meio acadêmico valorizam a relação teoria-prática. São disponibilizados acessos a estágios e a práticas profissionais supervisionadas, nas quais os estudantes têm oportunidade de devolver o aprendizado, recebido na universidade, à sociedade e ao mesmo tempo podem ganhar experiência.

É comum, na América Latina, os estágios serem oferecidos nos cursos de graduação, embora haja um ou outro país latino-americano que, para emitir o licenciamento na pós-graduação, exige uma atividade prática prévia.

2.2.4 Educação a distância

Com as transformações tecnológicas, novas organizações sociais e educacionais desenvolvem-se, alterando inclusive as configurações no mercado de trabalho. As universidades também entram nessa seara de transformações e, no currículo por competências, são incluídas ações pedagógicas que envolvem a cobertura digital, a microeletrônica e o software de programações que dão sustentação à educação virtual.

A educação a distância afeta o campo educacional e amplia seus horizontes, mudando a centralidade da aula, o papel dos professores, a inserção da educação na indústria cultural e promovendo maior alcance educacional. O conceito de tempo e espaço é revisto, pois as barreiras espacial e temporal são derrubadas.

No entanto ainda há uma desigualdade enorme de acesso às instituições de ensino superior, provocada por dificuldades econômicas ou mesmo geográficas. É difícil, também, avaliar o trabalho real dos estudantes, coordenar atividades práticas, promover a interação, entre outras dificuldades. A dinâmica da educação a distância deve-se à constante evolução e inovação da tecnologia nos diversos setores sociais, industriais, culturais e das tecnologias da comunicação e da informação.

2.2.5 Educação continuada

A educação continuada constitui-se numa abordagem mais ampla dentro das instituições e dentro do próprio mercado de trabalho. Treinamento e prática constante caracterizam o processo de educação continuada e devem fazer parte das especificações e acompanhamentos que visam o desenvolvimento da qualidade.

A graduação prepara o estudante para exercer determinadas profissões, oferecendo estágios que possibilitam a formação prática alinhada à teoria. As contínuas renovações do mercado de trabalho, o surgimento de novas profissões ou a reestruturação de profissões já existentes fizeram surgir uma nova demanda por mais especialização, que é oferecida na forma de cursos de pós graduação. Na América Latina, a pós-graduação foi introduzida, tanto no setor público quanto no setor privado, como ciclos extras de estudo que extrapolam o ciclo da graduação, com currículos bem estruturados e especializados.

As pós-graduações são incorporadas em um circuito internacional e expressam novos e específicos saberes, os quais são resultantes da acumulação de conhecimentos e informações que possibilitam uma inserção no mercado de trabalho com mais qualificação. O setor privado se destaca na oferta de cursos de pós-graduação na América Latina, embora estes tenham nascido nas universidades públicas, com um nível importado e acadêmico.

2.2.6 Licenciamento e certificações

A necessidade de se garantir a qualidade na formação profissional, pós-diferenciação institucional, promoveu uma articulação entre a saída do mundo acadêmico e o ingresso no mercado de trabalho. Dessa forma, cabia às universidades, a partir desse momento, o direito de, com exclusividade, garantir a formação acadêmica profissional e a habilitação ao exercício profissional.

Demandas como a necessidade contínua de atualização gerada pela expansão do conhecimento; as economias vinculadas ao capital humano, ampliando as exigências por uma formação profissional mais qualificada; e a maior inserção da tecnologia nos modos de produção impulsionaram a atualização das competências de trabalho, provocando uma necessidade de revalidar as certificações.

As universidades privadas, para terem o direito de funcionarem, ofertarem cursos de graduação e de pós-graduação com certificações precisavam obter um licenciamento específico, emitido pelo Ministério da Educação. Com essa licença especial, as universidades privadas constituíam, juntamente com as universidades públicas, um modelo duplo de educação.

A qualidade das instituições e dos profissionais é referendada pela capacidade de adequar-se às novas demandas, como sustentabilidade e pertinência dos saberes, respondendo a desafios futuros diante de um contexto extremamente dinâmico e globalizado. Outrossim, a mobilidade estudantil, de certa forma, obriga as instituições a manterem atualizados seus credenciamentos, seus licenciamentos, suas certificações e suas recertificações em um contexto internacional.

2.2.7 Eixo da regulamentação pública

O eixo da regulamentação pública é o direito à propriedade intelectual, estabelecida sob um direito privado por um determinado tempo; um exercício público, de interesse público, de livre acesso à informação, possibilitando a criação de novos bens intelectuais. Em muitas situações, as regulações do governo sobre a propriedade intelectual são acompanhadas por financiamentos e por normas expressas como determinantes de políticas públicas, voltadas à luta por igualdade de competências. Esta é garantida por meio do estabelecimento de padrões mínimos de funcionamento.

A regulação só fará sentido se estiver inserida nos processos de ensino-aprendizagem, portanto o direito à propriedade intelectual, enquanto eixo da regulamentação é concentrado e articulado com a gestão das instituições, mesmo com todas as diferenciações institucionais; com a multiplicidade de paradigmas e todas as diversas e heterogêneas características das universidades latino-americanas.

2.2.7.1 O papel das regulações governamentais nos modelos educacionais

As instituições educacionais precisam cumprir determinados critérios de funcionamento e oferecer educação de acordo com os padrões mínimos de qualidade. Se

não houver uma regulação, não haverá critérios de controle desses padrões mínimos. Dessa maneira, as regulamentações estabelecem limites, critérios e padrões, evitando que as instituições, no uso de uma liberdade irrestrita, não ofereçam uma educação de qualidade ou que desenvolvam modelos próprios ou determinados pelo mercado.

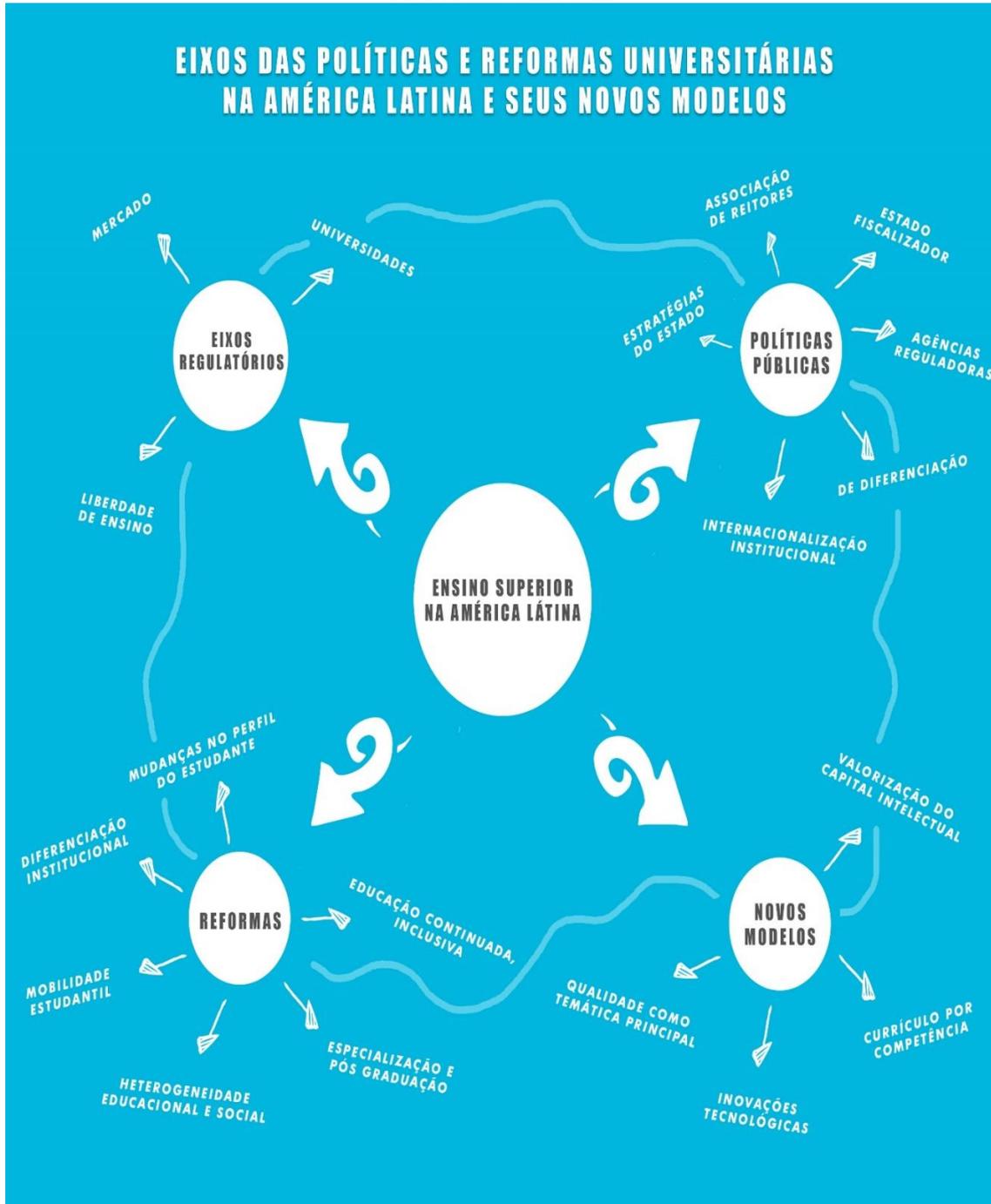
Não importa o modelo educacional, qualquer um deles está atrelado às regulamentações governamentais que determinam os requisitos de porcentagem de educação presencial, apesar de manter uma certa flexibilidade.

2.3 MAPA CONCEITUAL

O mapa conceitual a seguir foi estruturado com o intuito de organizar visualmente as ideias apresentadas no artigo, que por sua vez foram desenvolvidas a partir das análises organizadas por Rama (2014; 2016) e publicadas nos livros já citados e usados como referência para a elaboração desse artigo.

Os diversos conceitos apresentados no mapa conceitual ilustram as relações que ocorrem dentro do sistema educacional, em especial o ensino superior, centralizado no mapa para representar a centralidade do tema. As reformas derivadas de insatisfações com o ensino superior desencadearam outras reformas, transformações, políticas, mudanças nos eixos e surgimentos de novos modelos educacionais.

MAPA CONCEITUAL



Fonte: Elaborado pelas autoras

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada país da América Latina executou suas reformas de acordo com suas peculiaridades, as quais caracterizam a diversidade existente. As políticas públicas variam de um país para outro, entretanto há algumas características comuns nas diversas reformas, como, por exemplo, a expansão das matrículas, a diferenciação das instituições - acarretada pelo crescimento de instituições privadas junto com a expansão de

instituições públicas -, o déficit de recursos em determinados períodos, as mudanças curriculares e os sistemas de garantia de qualidade nas universidades.

A queda nos níveis de qualidade também afetou as universidades latino-americanas como um todo. A abertura de vagas nas instituições de ensino superior não teve, na mesma proporção, um aumento no financiamento nas instituições públicas, pois a demanda cresceu e, conseqüentemente, as universidades privadas também. Fez-se necessário, assim, o estabelecimento de regulamentações que trouxessem padrões básicos de qualidade e equidade.

Os conflitos estimularam o surgimento dos movimentos estudantis que, com o tempo, adquiriram um teor político em substituição ao teor inicial que era educacional. As lutas abrem espaço para transformações, e novas formas educacionais assumem o lugar das anteriores. O conhecimento ocupa posição importante nesse processo, pois já não interessa a sua simples reprodução.

A crítica substitui a mera reprodução. O currículo por competências atende às demandas do mercado de trabalho, o qual necessita de mão de obra qualificada, com conhecimentos, habilidades e atitudes. Esse novo currículo traz como diferenciação a oferta de disciplinas específicas que atendem interesses diversos dos estudantes, além das disciplinas básicas e comuns a todos.

A especialização da profissionalização é internacionalmente necessária, assim surgem os cursos de pós-graduação, já que uma das vantagens de se profissionalizar é ter conhecimento, qualificação e habilidades que façam a diferença no mercado. Ocorre que novas profissões surgem e outras até mesmo desaparecem. E essas novas profissões exigem uma especialização cada vez maior.

As novas tecnologias da informação e da comunicação abrem novas possibilidades e modalidades educacionais e pedagógicas, como a educação virtual, capaz de conectar professores e alunos em espaços e tempos diferentes. O ensino presencial não perde seu posto, mas é complementado pela educação a distância que é a modalidade educacional que ocorre por meios de tecnologias de informação e comunicação que suprem a distância física e temporal entre alunos e professores e é regulada por norma específica.

O que se percebe, após as leituras de Rama (2014; 2016), é que o processo educacional atravessou profundas mudanças, implementadas pelas diversas reformas universitárias na América Latina e que essas mudanças continuam em andamento, pois as demandas socioeconômicas, políticas e culturais forçam o sistema educacional a uma contínua transformação.

Por fim, vale ressaltar que os livros do Professor Dr. Claudio Rama são de fundamental importância para o desenvolvimento de trabalhos sobre o assunto, pois levam pesquisadores a entenderem que as mudanças ocorridas no sistema educacional, na América Latina, e mais especificamente no ensino superior, foram necessárias, consequência de mudanças ocorridas na sociedade, aliadas a políticas nacionais e internacionais, as quais estabelecem regulações e padrões básicos de funcionamento com qualidade.

REFERÊNCIAS

RAMA, C. Os novos modelos universitários na América Latina. Montevideo: Grupo Magro, 2014.

RAMA, C. Políticas e reformas universitárias na América Latina. Montevideo: Grupo Magro, 2016.